

## O papel da administração pública na garantia de direitos humanos;

### Autor(res)

Felipe De Almeida Campos

Fernanda Louback Maciel

Luciana Leal De Carvalho Pinto

Ivone De Moraes

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Thiago Ribeiro De Carvalho

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi um documento proclamado em 1948, visando estabelecer objetivos específicos para alcançar a garantia universal dos direitos humanos de todos os povos e nações, sendo utilizada como referência para muitos outros textos e normas, como constituições Federais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988 se complementam, sendo normas bases para a garantia da dignidade humana. Este trabalho tem a intenção de investigar a cerca do direito, como os direitos são garantidos através da administração pública direta e políticas públicas.

### Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar o papel da administração pública direta na garantia dos direitos humanos, previstos na Constituição Federal como direitos fundamentais por meio da implantação de políticas públicas que atendam as necessidades da população.

### Material e Métodos

Para realização deste trabalho utilizou-se do método qualitativo, com base em pesquisa de dados secundários, produzidos em formato de artigos, abrangendo a junção de diferentes pontos de vistas sobre a temática, permitindo uma análise reflexiva sobre. Ademais, foi necessário recorrer a legislação brasileira como fonte, visando fundamentar a pesquisa com base no ordenamento jurídico que rege a discussão.

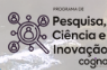
### Resultados e Discussão

Os primeiros artigos da Constituição Federal brasileira de 1988 estabelecem direitos constitucionais básicos que se misturam com os direitos humanos da Declaração, visto que ambos tem o objetivo de evidenciar direitos básicos para todo ser humano, como saúde, educação, liberdade, honra, entre outros. A administração pública é a forma de gestão dos serviços públicos, enquanto a política pública é o instrumento de garantia dos direitos sociais e fundamentais dos seres humanos. Há argumentos de que os estudos da política pública não pertenceriam ao

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



direito administrativo e somente ao direito constitucional, mas se o direito administrativo é parte da teoria política, e as autoridades administrativas que são os principais responsáveis pela efetividade das políticas públicas entende-se que as políticas públicas e a garantia aos direitos fundamentais são também responsabilidades dos agente públicos.

## Conclusão

Considerando a exposição acima, entende-se é importante que os representantes da Administração Pública direta tenham claro que são peças fundamentais para tornar os acessos ao direitos básicos possíveis, utilizar a renda pública de forma correta é um dever do agente público, mas administrar bem, orientar e determinar corretamente onde ser investido é também um papel ético enquanto pessoa.

## Referências

MONTEIRO. Marcel Stanley. UNICEPLAC Administração Pública e Políticas Publicas.

Farah, Marta Ferreira Santos. "Administração pública e políticas públicas." Revista de Administração Pública 45 (2011): 813-836.